

DIÁLOGO INSTITUCIONAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COM O PGJ

Mensagem nº 17, 27 de outubro de 2017.

Caros companheiros de jornada,

Não posso iniciar estas palavras sem fazer referência ao nosso capital humano, nossos servidores, pela passagem de seu dia, na data de amanhã. Realizamos esta semana ampla programação, com convite a todas as unidades da Ilha, com a comemoração dos aniversariantes do mês, exibição do vídeo institucional em homenagem a esses homens e mulheres que contribuem para o trabalho ministerial, além de termos nos divertido com a apresentação da comédia Pão com Povo. Também foi celebrada missa pelo Diácono e Promotor de Justiça Orlando Pacheco de Andrade Filho.

Na ocasião, foi assinado, ainda, o Ato Regulamentar nº 30/2017, que dispõe sobre as férias dos servidores, possibilitando a divisão do descanso de 30 dias em dois períodos de 15, mediante pedido do servidor, autorização do chefe imediato e manifestação da Administração Superior.

Na carreira ministerial, avançamos também no sentido da valorização de nossos Operários da Cidadania, com a publicação da LC 195, atendendo anterior manifestação do colendo Colégio de Procuradores de Justiça e refletindo os resultados da pesquisa do projeto ESTRUTURANTE 01 (Arquitetura Organizacional) colhida na votação eletrônica recém realizada. O Egrégio Conselho Superior, com a vigência da norma em referência, propiciou a assinatura de seis editais para remoção, pelo critério de antiguidade, em São Luís, possibilitando movimentações horizontais e verticais em toda a carreira.

Também no sentido de melhor organizar as atividades dos órgãos ministeriais, o Colendo Colégio de Procuradores de Justiça aprovou Resolução disciplinando a forma de designação de membros para atuação em mutirões judiciais, para que se observe, sempre, o princípio do Promotor Natural e as especializações acerca da matéria envolvida. A proposição foi por mim apresentada após sugestão do Promotor de Justiça Marco Aurélio Batista Barros.

A preocupação com a dignidade do trabalho também foi pelo MPMA levada ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ), por iniciativa deste signatário, aprovando aquele colegiado Moção de Apoio à decisão liminar da Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo os efeitos da portaria do Ministério do Trabalho que flexibiliza as regras de combate ao trabalho escravo, exortando as chefias dos ramos ministeriais que o STF confirme a decisão, em razão da evidente confrontação da norma administrativa com o ordenamento constitucional e com tratados internacionais subscreitos pelo Brasil.

Na mesma reunião, o CNPJ celebrou a iniciativa do MPMA em questionar junto ao STF decisão do CNMP, que entende ser obrigatória a homologação judicial dos arquivamentos promovidos pelo Procurador-Geral de Justiça, em matéria penal. A Procuradoria-Geral da República já se manifestou favoravelmente à posição do MPMA, por entender que essa exigência não tem respaldo no direito positivado. A iniciativa maranhense potencialmente irá realçar a defesa da autonomia institucional em todo o Ministério Público Brasileiro, em especial nos ramos estaduais.

Esse desenho de Ministério Público nacional também é prestigiado em ações cotidianas, como a troca de experiências que proporcionamos, esta semana, com a consultoria técnica prestada pela administradora e psicóloga Carla Janaína Mendonça, servidora do Ministério Público de Rondônia (MPRO), visando o mapeamento e a gestão de processos administrativos do Ministério Público do Maranhão, com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho institucional.

Esse aperfeiçoamento de nossa estrutura tem gerado resultados concretos em favor da sociedade a que servimos. A equipe da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça entregou esta semana o relatório com o resultado da força-tarefa realizada pelo referido setor, com a conclusão de 538 procedimentos, entre inquéritos civis e notícias de fato, que se encontravam na PGJ para análise e que poderão implicar na recuperação de R\$ 1 bilhão para o Erário.

A partir do dia 30 de outubro será iniciada uma nova força-tarefa pela Assessoria Técnica, desta vez com processos das Promotorias de Justiça da Capital.

Até o dia 20 de novembro, instalaremos os Núcleos de Assessoria Técnica (Natar) nas regionais de Timon e Imperatriz, cada um deles com uma assistente social, um contador, um engenheiro e um profissional técnico-administrativo, de acordo com o Ato Regulamentar nº 08/2017.

A Assessoria Técnica colaborou profundamente para o prosseguimento da mediação presidida pelas Promotorias de Justiça de Defesa da Educação com o Sindicato de Professores, que suspendeu greve, beneficiando a classe estudantil da capital. O relatório parcial feito pela ASSTEC será complementado com informações da Prefeitura, para apreciação em uma nova reunião marcada para 7 de novembro.

Prosseguimos nos preparativos para o ENCONTRO ESTADUAL DE GESTÃO PÚBLICA, com o envio do edital que oportuniza a cada órgão de execução ministerial o agendamento de tratativa para o concerto de acordos judiciais com autoridades estaduais nas áreas da segurança pública, saúde, educação, sistema penitenciário e atendimento socioeducativo, solucionando demandas existentes nas comarcas. O ENCONTRO ESTADUAL ocorrerá no próximo dia 20, mesma data em que daremos continuidade às atividades do programa interinstitucional, coordenado por este gabinete, de segurança no trânsito e pela valorização da vida.

Em outra área, o Ministério Público do Maranhão foi representado pela Promotora de Justiça Sandra Fagundes Garcia, da 6ª Promotoria de Justiça de Açailândia, em uma audiência pública sobre o projeto Parceiros da Paz, realizada na Câmara Municipal de São Luís, abordando os resultados da campanha "Maranhão na prevenção às drogas", promovida pelo Comitê Estadual de Prevenção às Drogas e que busca, por meio da ação coordenada entre as instituições, o desenvolvimento de políticas públicas sobre drogas no Maranhão, incentivando a criação de fóruns, conselhos, serviços de prevenção, tratamento e acolhimento dos usuários. A iniciativa tem como público-alvo adolescentes e jovens de 12 a 29 anos. Na data de hoje, os Promotores de Justiça Sandra Garcia, Crystian Boucinhas, Weskley Pereira de Moraes lançam a mesma campanha em Grajaú, com grande participação da sociedade local, razão pela qual registro os sinceros agradecimentos da Administração Superior.

Desejo sucesso a nova Diretora das Promotorias de Justiça de Imperatriz Nahyma Ribeiro Abas, reiterando o apoio da Administração Superior à gestão que se inicia.

Encerro parabenizando a Comissão Eleitoral formada pelos Procuradores de Justiça José Antonio Oliveira Bents (presidente), Krishnamurti Lopes Mendes França e Flávia Tereza de Viveiros Vieira, que são membros titulares, e Maria Luiza Ribeiro Martins (suplente), que competentemente, com o apoio da CMTI, realizou a votação eletrônica para o cargo de Ouvidor do Ministério Público, quando foi reeleita a Procuradora de Justiça Rita de Cassia Maia Baptista, que será reempossada no dia 23 de novembro, uma semana antes de ser anunciada como presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), durante o encontro que ocorrerá em Macapá.

Temos muito trabalho pela frente! Avante MP!

Deus nos abençoe a todos.

Luís Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça